

O ECHO DO RIO,

Jornal Politico e Litterario.



Parcite verbis.

HORAT. AD ROM.

Publica-se as quartas feiras e sabbados, na typ. Imparcial de F. de Paula Brito, praça da Constituição n. 64, onde se subscreve a 4000 réis por semestre, pagos adiantados, e vendem-se' numeros avulsos a 80 réis, nas lojas do costume.

O ECHO DO RIO.

Temos á vista a importante correspondencia entre o nosso ministro em Buenos-Ayres, o Sr. Duarte da Ponte Ribeiro, e o ministro das relações exteriores D. Filipe Arana. Custa a crer que um governo de uma nação que se diz civilisada, se abalanchasse a escrever notas, como aquellas, que por parte do governo de Buenos-Ayres foram dirigidas ao ministro Brasileiro: descer da discussão dos negocios publicos á discussões pessoais, e proferir as mais grosseiras injurias contra um funcionario publico de uma nação quer amiga, quer em guerra, é faltar ás regras da decencia, que entre si guardam as pessoas da mais mediocre condição; era cousa de que só podia ser capaz um selvagem federalista, por que homem de educação de certo nem-um o faria

O Sr. Cansação de Sinimbu, que pôde ter errado, e com effeito julgamos que errou, não está nas circumstancias de por ninguem ser chamado insolitamente estúpido, e ridiculamente officioso: porém menos o podia ser quando representava o Brasil em Montevideo pelo governo de uma nação, que se diz amiga do Brasil.

Em frente de semelhante provocação, era impossivel que o ministro Brasileiro não curasse de modo algum dos interesses e dignidade de seu pais para deixal-a sem contestação. E tanto mais que d'envolta com os ataques ao Sr. Cansação de Sinimbu vinham ataques mui directos e positivos á nação, que representa o Sr. Ponte Ribeiro: diz-se que o Brasil pretende encobrir vistas insidiosas. Vistas insidiosas da parte do Brasil! O Sr. Cansação entendeu, que as instrucções dadas em março não podiam servir para occorrencias de seis mezes ou mais depois: supponho que o não devia assim entender, por que devia suppor, que se o governo entendesse, que taes instrucções não deviam mais vigorar, outras lhe teria dado; mas tendo-lhe recommendado as instrucções dadas a seus antecessores, era evidente, que tambem comprehendia aquellas. Como porem diziamos: o Sr. Cansação entendeu que taes instrucções já não vigoravam, mas apressou-se em dirigir-se ao governo, a pedir-lhe outras; não sendo o Rio de Janeiro muito distante, e apressando-se o Sr. Cansação a expedir um dos navios da estação Brasileira, não havia motivo para que o governo argentino se queixasse; e muito menos, que usasse das expressões que usou.

O general Rosas e seu governo assemelham-se ás crianças caprichosas tratadas com muito mimo, que se zangam

á mais pequena sombra de contradicção: e infelizmente somos nós os Brasileiros, que mais culpa temos desse estado em que elle se acha. Os excessivos elogios, que se lhe fizeram em nossa tribuna e imprensa, a importancia, que aqui lhe foi dada pelo governo de julho, dando-lhe titulos mais pomposos do que nunca tiveram os imperadores do antigo ou moderno Oriente, fizeram persuadir ao general Rosas, e a seus ministros, que são inatacaveis; e que tudo deve ceder á suas vontades e caprichos. Costumados a ser obedecidos em Buenos-Ayres a seus mais leves acenos, onde até tem uma sociedade organizada para dar a morte a aquelles que ousam duvidar da infallibilidade do presidente da republica, chefe de um Estado, que se diz republicano e livre, costumado a governar com o mais feroz despotismo, o general Rosas queria que logo que elle disse: — *está bloqueado o porto de Montevideo*, — que todos o dessem por bloqueado: e isto quando se trata de um bloqueio de nova especie, um bloqueio parcial, um bloqueio puramente convencional, e ao qual por consequencia só estão obrigados os que nelle consentem.

O general Rosas teve a habilidade de declarar bloqueado o porto de Montevideo, e fazer que o bloqueio seja tornado effectivo pelos neutros! E' pelo menos o primeiro exemplo que nos aponta a historia de um facto semelhante. São os Ingleses que visitam os Ingleses, os Americanos visitam os Americanos, Brasileiros os Brasileiros, e assim todos os mais: de modo que Rosas não tem o mais pequeno trabalho! não carece ter um só vaso de guerra diante de Montevideo. De semelhante modo podem ser bloqueados todos os portos do mundo.

E é por que o Sr. Sinimbu se não apressou em reconhecer semelhante bloqueio, que o general Rosas o chama estúpido, insensato, ridiculo!

Por ventura já está decidido se a luta que ensanguenta os campos da Cisplatina é uma guerra civil, ou uma guerra de nação a nação? As forças são de Buenos-Ayres, mas o general é de Montevideo, e vem recuperar o governo, de que foi expulso. A guerra é feita pelos federalistas aos unitarios.

Qual será o desfecho de tudo isto?

RESPONSÁVEIS DA REBELLÃO.

Quem deve carregar com a culpa das rebelliões de Sorocaba e Barbacena? O ministerio de março. Se alguem o duvida lêa o *Nacional*, que ahí está para lho provar e demonstrar. E' claro que o que deu causa é que

deve soffrer as consequencias : ora , o gabinete de março deu causa a aquellas rebeliões : logo deve ser punido por ellas. E como deu causa? provocando-as. Isto é claro. Até aqui o *Nacional*: agora nós.

Não ha duvida : o gabinete de março provocou as rebeliões de Sorocaba e Barbacena. Com que actos ou factos? Ah! vão alguns. O gabinete de março confiou a presidencia de S. Paulo a um dos chefes mais influentes do partido adverso, ao proprio Raphael Tobias de Aguiar, que um anno depois se armou em Sorocaba : o gabinete de março deu condecorações ao Sr. Feijó, ao Sr. Vergueiro, ao Sr. Alvares Machado, e a outros da mesma ordem ; o gabinete de março deu os titulos de Suassuna e Pontal ; o gabinete de março muitas vezes na distribuição de honras e graças attendeu mais ao lado que o hostiliza, do que a aquelle, que o favorecia ; chegou até a mandar de pressa para a rua o camarada do Sr. Ottoni !

A' vista de tantos factos, quem é ahí capaz de dizer, que o gabinete de março não foi o provocador das rebeliões de Sorocaba e Barbacena? Quem ha ahí que o não julgue responsavel por ellas? Mas tambem a quem não espantará, que venha o *Nacional* tomar essas contas?

SITUAÇÃO ACTUAL.

Com esta epigraphie escreveu o *Nacional* longo artigo, em que nos descreve no mais assustador dos estados. A fallar-lhe a verdade, nem supponmos, que estamos de modo, que devamos perder toda a esperanza, nem tambem nos julgamos no melhor dos mundos possiveis ; nem somos optimista, nem pessimista ; cuidamos que podiamos estar muito melhor, mas que tambem podiamos estar peor.

Mas este mesmo estado por ventura data de hoje? E' preciso negar a verdade conhecida por tal para imputar a alguém hoje os males, que nos affligem. Nossa divida publica data de longas epochas : em tempos modernos tem sido aggravada, por que nossa receita foi sensivelmente diminuida quando o não devia ser ; quando já havia deficit constante nas leis do orçamento ; em vez de se procurar nivelar a receita com a despesa, fazendo desaparecer a differença, augmentou-se esta. Ora, as desordens continuadas das provincias tem feito ainda diminuir a renda e crescer a despesa. E as causas dessas desordens, e os meios, que tiveram os desordeiros para as levar a effeito, datam por ventura d'agora? desde que tempo foram apregoadas como santas e justas as maximas mais subversivas? E tambem o apoio, que tem hoje achado, não é no ministerio de janeiro, nem nos amigos do ministerio de janeiro ; em outros se deve procurar. Não foi o ministerio de janeiro nem seus amigos, que ahí tem pregado e pregam ainda hoje pomposos elogios aos rebeldes e ás rebeliões, e que cobrem de baldões e vituperios aquelles, que se empenham e arriscam commodos, fortuna, e até vida para soffocar rebeliões.

Nossa crise financeira e politica tem causas, que datam mui de longe ; e o gabinete de janeiro, assim como seus co-religionarios politicos tem tratado de fazer desaparecer essas causas, de neutralisar outras, e de oppor-se aos effeitos de todas. Talvez algum dos actuaes ministros, e alguns dos que o apoiam, concorrerem em outro tempo para esses males ; mas entendemos que são menos culpados, do que aquelles, que ainda hoje persistem nas antigas crencas ou praticas. Nossa crise politica começou ha muitos annos ; antes de 1831 : e as causas

della ainda de mais longe datam : foram os principios destruidores, que se procuraram espalhar para se chegar á mudança que se projectava, e que felizmente não teve logar, por que uns temeraram e tremaram, outros demasiadamente contentes cuidaram ter tudo feito, mas, como ao corvo da fabula, a preza lhes escapou do bico.

Quanto á crise industrial, não sabemos bem o que estas palavras exprimem entre nós : crise agricola sim ; mas se não temos industria, ou ao menos nunca tivemos mais que a muito pequena, que hoje temos, e se nada presagia que diminua, não entendemos o que seja entre nós crise industrial. Talvez a industria soffra em razão de ruinas alheias ; mas que haja mal, que a ataque directamente, não o vemos. Vemos um mal immenso e imminente sobre nossa agricultura ; e por isso entendemos unicamente uma crise agricola. Mas quem lhe deu causa?

Nossa agricultura nunca teve leis verdadeiramente protectoras, nem nos tempos anteriores á independencia nem depois. Mas a sua verdadeira decadencia provém de duas causas : falta de braços, e falta de intelligencia nos lavradores, que não querem aperfeiçoar os productos da lavoura, gastando tempo e trabalho. E a falta de braços provém por ventura do ministerio actual? não foi o Sr. D. João VI que em 1817 prohibiu o commercio da escravatura do equador para o norte? e não se obrigou logo a prohibi-lo tambem do equador para o sul? e não foi em consequencia dessa obrigação, que os inglezes exigiram o tratado da cessação do trafico, e não foi elle feito muito antes que os actuaes ministros figurassem na scena politica, nem mesmo o Sr. Maia, nem o Sr. Maciel? E por ventura não tem os ministros feito o que é possível fazer-se para fazer desaparecer os obstaculos, que se oppõem ao augmento de nossos braços? não entrou em discussão um projecto apresentado pelo gabinete para esse fim? Direis que não presta ; porem mostrai em que, e dizei quaes são as ideias melhores.

E por ventura quando a facção esteve no poder, fez alguma coisa? onde estão as suas providencias para a introdução de braços? qual foi, não dizemos a lei, mas a simples proposta, a simples ideia enunciada com essas vistas? E se nada fizestes, como nos quereis lançar culpas a nós, que ao menos temos feito alguma coisa?

O *Nacional* prega de balde, repetimos : não estamos no melhor dos mundos possiveis, mas não temos razão para perder toda a esperanza. Porem esse mal que soffremos, devemos a maior parte á gente do *Nacional* : os poucos bens de que gozamos, os devemos á gente do ministerio. Lêde ahí o *Jornal do Commercio* : todos os dias achareis importantes providencias para augmentar a receita, e diminuir a despesa. Vêde os trabalhos do ministerio para conseguir do corpo legislativo o augmento de nossa receita : embora os meios propostos não sejam os mais vantajosos, (o que ainda se não demonstrou) todavia nem outros foram lembrados, nem a alguém é por isso licito dizer, que ao ministerio falem desejos. Vêde ainda os côrtes que fez na despesa. E se as nommas a final não appareceram taes quaes as desejamos, é por que o ministerio teve a franqueza de nos apresentar todas as verbas da despesa publica, para lhe não acontecer como a outros, que no fim do anno gastaram para mais de 600 contos daquillo que lhe foi dado.

A cada um o que lhe pertence. Ao ministerio actual, e a seus co-religionarios pertence a gloria de ter proposto e promovido nas camaras muitas leis de publica utilida-

de: á gente do *Nacional* pertence a gloria de ter apadrinhado todas as rebelliões do Brasil.

APUROS DO NACIONAL.

O orgão da facção não podendo negar os males, que apoz si traz uma rebellião, apresenta-nos uma distincção para justificar a que no anno passado houve em Minas e S. Paulo. Ha duas especies muito distinctas de rebelliões, diz elle; uma infundada, injusta e criminosa, promovida pela vertigem das paixões turbulentas e anarchicas, outra baseada no interesse social, forçada pela lei suprema da necessidade, justificada pelo fim a que se dirige. Tal e qual disse o contemporaneo. Nós cuidavamos que uma rebellião só poderia ser justificada quando estão esgotados todos os meios de por outro modo fazer triumphar a causa da justiça. Em geral pensamos que vale mais que um povo sofra por mais algum tempo, do que que lance mão das armas. Um governo necessariamente tem de ceder ante as exigencias da opinião publica: necessariamente esta entra nos conselhos dos governantes, eahi triumpham: não ha ferros nem portas, que a embarcaram. Geralmente pois attentos os males, que necessariamente se seguem ás commoções populares, melhor, isto é, mais conveniente é geralmente a um povo esperar pelo triumpho da razão, do que apressal-o, usando para esse fim da força. O emprego desta é sempre tão perigoso, que quasi nunca os bens, que traz são compensados pelos males, que a acompanham.

Mas isto é conveniencia: por justiça entendemos, que uma rebellião só pôde ter logar, quando estão absolutamente esgotados todos os outros meios de obter justiça. Mas esta justiça deve ser muito clara; não deve deixar a mais pequena duvida ou escrupulo. Qualquer que seja o interesse social, qualquer que seja o fim, a que se dirige, a rebellião não é licita, se quando outros meios existem.

Mas demos por um momento, que assim não é: demos que uma rebellião pôde ser licita quando quer o contemporaneo: teriamos de perguntar-lhe: e por ventura o interesse social exigiu as rebelliões de Sorocaba e Barbacena? o fim a que essas rebelliões se dirigiam justificam essas rebelliões? Dizemos não: o contemporaneo diz que sim: quem será juiz? A maioria da nação as condemnou. E, de certo o contemporaneo não é competente.

Quaes foram os fins da rebellião? Todos sabemos quaes foram os fins reais; mas deixemos isso de parte: admittamos o que diz a facção: foi livrar o paiz da oligarchia, que pesa sobre elle. Oh! pois não tendes o monarcha? Por que lhe não dirigistes vossas queixas? Não em termos de que não usam regateiras nas praças, mas em termos que qualquer homem decente possa ouvir sem corar. Por essa razão não foi recebida a mensagem de S. Paulo. Porem ali foi impressa: o monarcha a viu: por que não continuastes a imprimir representações? Não tendes a tribuna? não tendes a imprensa? cada dia não vos dirigis ali ao monarcha e á nação? Pois então esperai, tende paciencia: confiai no monarcha. Nós tambem esperámos, tambem soffremos, e nunca lançámos mão das armas: em 1837 esperámos que a nação inteira se unisse a nós: em 1841 esperámos, que alem da nação o monarcha nos ouvisse, e se convencesse da razão de nossas queixas. Por que não fazeis o mesmo?

Essa que chamaes oligarchia occupa hoje o ministerio por escolha livre da corôa; occup-o desde março de

1841 por essa mesma escolha. Vossa rebellião pois, que segundo dizeis a cada momento é para livrar o paiz da oligarchia, vem a ter em resultado coagir o monarcha a não escolher para ministros a certos individuos. E' justo?

Attendei bem: usastes da força: para que? para debellar a oligarchia? O que quer dizer! para que certos individuos não occupem as sumidades sociaes; mas ahí estão por livre escolha do monarcha: logo usastes da força para que o monarcha não tivesse livre escolha.

O fim pois da rebellião de Sorocaba e Barbacena longe de a justificar, mais a condemna. Quanto aos pretextos, que foram allegados, estes então ainda mais criminosos eram. Por que vos rebellastes? por que o ministerio quiz pôr em execução a lei das reformas do codigo de processo, e a lei, que creou o conselho d'estado. Pois podia o ministerio deixar de executal-as? Pois o ministerio podia commetter um crime, só para fazer a vontade a alguém? Bem se vê que é isto pretextado muito futil, e que só serve para encobrir os verdadeiros motivos. Se fosse o verdadeiro esse, então a rebellião teria apparecido na occasião da votação nas camaras, ou o mais tardar, na occasião da sancção e publicação. Porem não. A reforma foi apresentada em 1839, começou a ser discutida em 1840; foi votada em 1841; e nesse mesmo anno sancionada e publicada: foi mandada executar em principio de 1842; e já no meio do anno appareceu o Sr. Tobias armado em Sorocaba, dizendo: — á baixo a lei das reformas! — E depois o mesmo se gritou em Minas! E por que durante o intervallo da discussão não se procurou esclarecer a opinião publica? Por ventura o Sr. Limpo não approvou o projecto em discussão? Por que representações em estylo constitucional não foram levadas ás camaras, e ao poder sancionador? Nada disso: esperou-se que a lei fosse discutida, sancionada e publicada, e depois de tudo, manda-se ao throno a mensagem dos rufiães e mandis!

Que cada qual procure defender-se; é licito: mas que para isso se proclamem principios subvertedores da ordem, isso só o faz a facção, que quer o poder, custe o que custar.

ELOGIO EM BOCCA PROPRIA.

Quem quizer ler uma boa porção de elogios ao Sr. Manoel José de Araujo, pôde procurar o *Pharol Constitucional* n. 91: entre outros predicados ahí se assevera que S. S. não é caloteiro; bem como que tem soffrido oito accusações, e nunca pediu protecção nem misericordia. A este ultimo respeito desejavamos que o contemporaneo nos desse uma explicação: não será pedir protecção procurar um responsavel para certos artigos, depois de terem elles sido chamados á responsabilidade? Terá o *Pharol* carecido alguma vez pedir esta especie de protecção? E se algum dos seus responsaveis fór parar á cadeia, terá o *Pharol* cumprido as promessas, que cá fóra lhes fazia?

São cousas particulares; mas tendo o redactor do *Pharol* escripto em suas columnas elogios á si proprio, submetteu-os á sancção publica, e para que tenha ella lugar é mister a discussão. Podiamos ser mais exigente: mas com isto nos contentamos.

BRIGA DE COMADRES.

Parecia que depois das satisfações dadas pelo *Nacional* ao *Pharol*, devia reinar á paz entre esses dous

energumenos : mas não aconteceu assim : o *Pharol* foi desafiado pelo *Nacional*, agora quer brigar, não aceita desculpas, e por isso ahi estirou um artigo de quasi quatro columnas em desanda ao *Nacional*! *Tante ne animis celestibus iras*? O *Pharol* não admite satisfações : agora só resta ao *Nacional* um de dous partidos : ou bater-se ou fugir. Qual escolherá? A julgar pela cara do individuo cuidamos que preferirá o ultimo.

RÉVELAÇÃO IMPORTANTE.

O *Pharol* declarou alto e bom som, que fazia elogios ao Sr. Vasconcellos, por que o systema constitucional representativo está ameaçado com a influencia, que hoje exerce o paço.

Como é claro, que o contemporaneo pela palavra paço não quiz alludir ao edificio material, fallará da gente que nelle mora. E como diz sem mais distincção nem preambulo, que entre nós o systema constitucional está em risco pela influencia, que hoje exerce o paço? que gente é essa? Será S. M. o Imperador, que no paço mora, e é o chefe do paço? quaes são as pessoas a que allude? Por ventura um ou outro criado de S. M. pôde ter tal influencia, que ponha em risco o systema constituicouol? Se com effeito é aos criados, que allude, o que muito custa a conceber, então temos á dizer que mui pouco seguro julga elle o systema constitucional, e que qualquer sopro de vento o fará desaparecer. Quando é que o paço fez revoluções?

Seria tão inepta a lembrança, que antes queremos suppor que os tiros do contemporaneo sobem mais alto. Mas então é tão criminosa!

E suppõe por ventura o contemporaneo tão ineptos os Brasileiros, que comparem o Sr. Vasconcellos com S. M.? O Sr. Vasconcellos é um cidadão importantissimo : é uma de nossas primeiras capacidades : seremos sempre á confessal-o. Mas não lhe fazemos injuria alguma, antes supponmos exprimir o seu pensamento declarando mui positivamente, que, posto o Sr. Vasconcellos de um lado e S. M. do outro, o nobre senador não veria nem o mais pequenino individuo seguil-o : todos correriam para S. M. E o contemporaneo fez elogios ao Sr. Vasconcellos, não é por que os mereça, é para oppol-o ao paço! O contemporaneo tem interesse em oppor alguém ao paço; entende que o Sr. Vasconcellos lhe serve para esse fim, e por isso o corteja, e lhe faz elogios. De modo, que não é por que o Sr. Vasconcellos mereça elogios, é por que o interesse do *Pharol* o pede, que o nobre senador é elogiado! Se o interesse do *Pharol* exigir o contrario do que agora pratica, isto é, elogios ao Sr. Paulo Barbosa, e vituperios ao Sr. Vasconcellos, dispensar-lhos-ha do mesmo modo.

Mais claro ninguem falla.

O SR. SATURNINO.

O Sr. Saturnino de Sousa e Oliveira Coitinho declarou pelo *Jornal do Commercio*, que nem é candidato á eleição provincial nem á geral. Esta declaração tem dado logar á muitos commentarios, explicando-a cada hum a seu modo. Nós não vemos nella mais do que o que elle coptem : isto é que o Sr. Saturnino nem quer ser deputado provincial nem geral. Não tendo S. Exc. dado os motivos, por que assim procede, não faremos supposições gratuitas : se elle se dignar dal-os talvez então os examinemos para os elogiar.

AO PHAROL.

Por que se zangaria connosco o contemporaneo? Se não queria que se soubesse certas cousas, para que as disse? Nós não fizemos mais que ler o que elle escreveu, e até citamos as suas palavras : se não queria, que entendessemos o que entendemos, então expressasse-se por outro modo.

Não dissemos mal do Sr. Limpo : Deos nos accuda : o que dissemos foi que o Sr. Limpo estava de tal modo acostumado, que todos os que lhe entravam pela porta dentro, já cuidava que lhe iam pedir africanos. Quem o disse foi o contemporaneo. Disse ainda mais : que todos os da sucia do *Nacional*, se tivessem os serviços do redactor do *Pharol*, logo tratariam de deixar na mão do ministro o seu requerimento. Isto quer dizer claro como agua, que todos só serviam atraz da recompensa; que nem um metia prego sem estopa. As palavras não são nossas, são mesmo do contemporaneo. E que muito era á vista disso, que só rodeasse o Sr. Limpo, gente que quizesse africanos?

O contemporaneo parece que não sabe a posição, que hade tomar : um dia briga com o *Nacional*, no outro dia quer affagal-o. Em numeros antecedentes havia dado na gente do *Nacional* as mais solemnes descomposturas, que é possivel dar-se, mas agora arrepende-se, e queixa-se de nós, que não fizemos mais que repetir as suas palavras! Que muito é que não saiba a posição em que se acha aquelle, que consultou a outrem para saber que direcção devia dar ao seu periodico.

Tenha paciencia o contemporaneo : aproveitaremos sempre de seus artigos aquillo, que nos fizer conta. Se não quizer não escreva. Repetimos as suas mesmas palavras : não tem que queixar-se de nós.

AINDA PHAROL:

Cuida alguém talvez que o *Pharol* exprime o pensamento do seu redactor, ou que o redactor do *Pharol* tem pensamento? Pois engana-se. O *Pharol* exprime o pensamento de uma notabilidade opposicionista. O redactor do *Pharol* antes de dar á luz, foi á casa de uma notabilidade opposicionista para conceber. E com effeito lá concebeu, que devia escrever assim como escreve : chegou á casa e deu á luz. Já se vê, que o verdadeiro pai das doutrinas do *Pharol*, não é aquelle, que hoje o dá á luz : é aquelle que fez gerar ou germinar as ideias, que nelle apparecem. O *Pharol* pois não é do redactor do *Pharol*.

OS SUPPLENTES ÁS CAMARAS.

E desta vez temos de agradecer ao *Pharol*. Nunca pensamos que lhe devessemos similhante fineza; mas em fim muitas cousas nos acontecem sem que as esperemos. O *Pharol* ahi escreveu um artigo, em que não só admitiu as ideias, que á respeito do modo de supprir as faltas dos deputados emittimos em um artigo publicado em numero anterior, mas até quasi se serviu de nossas palavras. E digam lá que o *Pharol* só escreve cousas ruins!

NOTICIA.

E' morto o senador Diogo Antonio Feijó! No céo tenha elle a recompensa das boas obras, que fez, e perdoe-lhe Deos os males de que foi causa, e autor.